

**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO: MAIO/2014 a ABRIL/2015**

**ANEXO XV**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

**R\$ 1,00**

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	
	<b>MAI/2014 a ABR/2015</b>	
	<b>LÍQUIDAS (a)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>947.005.167,38</b>	
Pessoal Ativo	789.438.117,09	
Pessoal Inativo	128.610.234,46	
Pensionista	28.956.815,83	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
<b>DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>106.991.689,78</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	421.099,34	
Decorrentes de Decisão Judicial	21.644.426,04	
Despesas de Exercícios Anteriores	13.458.203,84	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.467.960,56	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I - II)</b>	<b>840.013.477,60</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>840.013.477,60</b>
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		<u>VALOR</u>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>1.660.067.453,54</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>50,60</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;54%&gt;</b>		<b>896.436.424,91</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 LRF) - &lt;51.3%&gt;</b>		<b>851.614.603,67</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - &lt;90%&gt;</b>		<b>806.792.782,42</b>

**FONTE:** Sistema GOC 2.015 – Gestec

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Os valores de restos a pagar não processados não sofrem alteração pelo seu processamento, exceto no caso de cancelamento de restos a pagar, que, ao serem excluídos, deverão ser informados em nota explicativa.

**MARIA VIRGINIA FERREIRA LOPES**  
**Secretária Municipal de Planejamento**

**CARLOS EDUARDO NUNES ALVES**  
**Prefeito**

**JOSE DIONISIO GOMES DA SILVA**  
**Controlador Geral do Município**